



TRFs 100% online com o STJ nesta 6ª feira

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) assinou, nesta sexta-feira, dia 11, termo de adesão ao projeto Justiça na Era Virtual, coordenado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, todos os recursos da Justiça Federal de segunda instância passam a ser enviados eletronicamente à Corte Superior. Os TRFs da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Região já fazem a remessa dos processos virtualizados, sem o uso de papel e em questão de minutos.

O envio eletrônico reduz o tempo de trânsito do processo físico, que é de seis a oito meses, para alguns minutos. Nesta semana, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) deu início à fase de implantação e teste do sistema.

Além da integração com os demais tribunais, o STJ trabalha em outras frentes para tornar-se o primeiro tribunal nacional a abandonar o uso do processo em papel. No início de 2009, teve início a conversão dos processos físicos em digitais. Até agora, foram digitalizados cerca de 115 mil processos. Em junho, houve a primeira distribuição de processos eletrônicos e, desde então, 11.880 foram julgados eletronicamente.

A modernização do sistema também chegou ao público: por uma sala de serviços judiciais, advogados e procuradores que tenham certificação digital podem peticionar eletronicamente, além de acessar os autos pela internet, 24 horas por dia, sete dias por semana. www.stj.jus.br

TRF2 realiza mutirão SFH com processos da Meta 2

Entre 8 e 18 de setembro, o TRF2 realiza mais uma edição de seu mutirão de audiências de conciliação entre mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF), uma iniciativa que tem por objetivo agilizar a solução de processos que envolvem contratos para aquisição da casa própria. O evento é o oitavo do tipo, mas desta vez ele tem uma particularidade importante: todos os 605 contratos de mutuários selecionados para participar do projeto inserem-se na chamada “Meta 2” do Judiciário, um dos dez compromissos firmados pelos presidentes dos tribunais brasileiros, durante o encontro nacional realizado em fevereiro, em Belo Horizonte, e que devem ser postos em prática ainda em 2009.

O trabalho marca a presença da 2ª Região da Justiça Federal na “Semana Nacional de Conciliação - Meta 2”, que

será promovida pelo Conselho Nacional da Justiça, dos dias 14 a 18 de setembro. Encabeçando-o, estão o próprio presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, a diretora do Núcleo de Conciliação (NCON) do Tribunal, desembargadora federal Tania Heine, e os juízes federais Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos e Rogério Tobias de Carvalho, também do NCON. A parceria das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo completa a estrutura necessária para que o projeto repita o sucesso alcançado nas edições anteriores: na sua última versão, realizada em dezembro do ano passado, o índice de acordos entre a CEF e os mutuários passou de 86%, um percentual muito maior que a média tradicional de conciliações no Judiciário brasileiro.

www.trf2.jus.br

Aprovada resolução do CNJ para aperfeiçoar comunicação no Judiciário

Resolução aprovada terça-feira, 08, na sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelece a política nacional de comunicação para o Poder Judiciário. A resolução cria um órgão central para compatibilizar as ações de todas as unidades de Comunicação dos tribunais e dispõe sobre a organização e funcionamento destes setores, com diretrizes, princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à integração. O intuito é fazer com que as atividades dos tribunais alcancem maior divulgação junto à sociedade, beneficiária da prestação de serviços da Justiça.

Segundo o relator do processo, conselheiro Milton Nobre, a resolução decorre da necessidade observada, atualmente, de uma política nacional de comunicação para o Judiciário, a exemplo da que existe no Poder Executivo. Por isso, tem a proposta de aperfeiçoar as atividades de Comunicação nos tribunais, por meio de ações e programas para comunicação interna e a divulgação externa. www.cnj.jus.br

